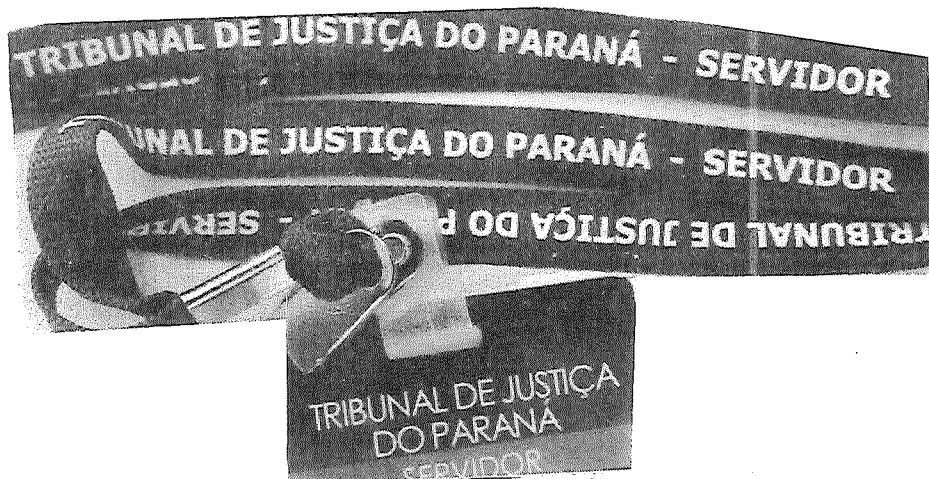


19 FEV 2019

JORNAL DO ÔNIBUS



Existem 114 vagas em aberto no Tribunal de Justiça

TJPR suspende concurso público com 155 mil inscritos

Segundo órgão, é preciso saber
impacto financeiro das nomeações



O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) suspendeu um concurso público para técnico judiciário de 1º grau, com cerca de 155 mil inscritos. De acordo com o órgão, é preciso suspender o concurso por causa de uma decisão do Conselho Nacio-

nal de Justiça (CNJ), que determina que mais de 100 cartórios do Paraná sejam estatizados.

Segundo o TJ, a seleção fica suspensa até que um estudo de impacto financeiro da medida seja realizado. De acordo com o edital, há 114 vagas em aberto, com remuneração inicial de R\$ 5.516,51.

No comunicado em que informou a decisão, o TJPR também justificou que suspendeu o concurso "em razão da modificação da cúpula diretiva" do órgão. O tribunal informou que não há previsão para que os inscritos peçam ressarcimento do valor da inscrição - que era de R\$ 100. ■

19 FEV 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça ouve testemunhas do Caso Daniel

Seis pessoas estão presas pela morte do jogador



A Justiça iniciou ontem as audiências de instrução do processo que investiga a morte do jogador de futebol Daniel Correa Freitas na 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

Sete pessoas são réus na ação: Edison Luiz Brittes Júnior, Cristiana Rodrigues Brittes, Allana Emilly Brittes, Eduardo Henrique Ribeiro da Silva, Ygor King, David Willian Vollero Silva e Evellyn Brisola Perusso. A defesa de Ygor King e de David Silva chegou a pedir o adiamento das audiências, mas o pedido foi indeferido pela juíza Luciani Martins de Paula. A expectativa é a de as audiências de instrução continuem até quarta-feira (20).

Primeiro, devem ser ouvidas as testemunhas de acusação. Depois, as de defesa. Em seguida, vêm o interrogatório dos réus e as alegações finais - que é a apresentação dos argumentos finais das partes envolvidas. Por fim, a juíza decide se os réus enfrentam, ou não, o júri popular. ■

19 FEV 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Pacote de Moro deve ficar "em banho-maria"

O governo decidiu que o pacote anticorrupção e de combate ao crime organizado, que será enviado hoje pelo ministro Sérgio Moro (Justiça) ao Congresso, vai tramitar num ritmo mais lento que a proposta de reforma da Previdência. O objetivo é blindar o projeto que prevê mudanças na aposentadoria e que chega à Câmara dos Deputados na quarta-feira, evitando assim que as propostas de Moro "contaminem" a discussão.

Nos últimos dias, parlamentares questionavam a conveniência de os dois projetos correrem ao mesmo tempo na Câmara. A avaliação de parte dos deputados, endossada pelo presidente Rodrigo Maia, era que o pacote de Moro poderia prejudicar as negociações sobre a Previdência. Ciente desse risco, o Planalto não vai se empenhar para o projeto de Moro avançar num ritmo mais acelerado neste primeiro momento. "Vamos segurar em um segundo plano", disse um integrante da Casa Civil. ●

19 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

ALESSANDRO VIEIRA

Senador pelo PPS-SE e ex-delegado-geral da Polícia Civil de Sergipe (2016-2017)

Aos brasileiros, uma CPI do Judiciário

Ideia é romper uma fronteira, não 'intimidar' juízes

As altas cortes do Judiciário são o poder intocado da nossa República. Esforços de transparência e combate à corrupção têm avançado gradualmente no Executivo, no Legislativo, em empresas e nas primeiras instâncias da Justiça. É natural, portanto, estender esse empenho na transparência à esfera mais elevada do Judiciário.

Foi com essa visão que colhemos assinaturas para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado voltada para as cortes superiores.

A proposta não tem o objetivo de "intimidar" juízes. Essa CPI serve a um novo projeto de Brasil. Pretende romper a última fronteira do setor público que resiste à transparência, ao qual as investigações sobre desvios, como a corrupção, jamais chegaram. Essa CPI é fundamental à segurança jurídica, à previsibilidade e contra abusos eventuais no nosso sistema judicial. É a CPI da igualdade perante a lei, da validade da lei para todos — base de qualquer democracia consolidada.

Buscamos atender a uma forte demanda da sociedade. As reações, como se constatou, chegaram rápido e de forma antagônica. De um lado,

acusaram a iniciativa de provocar "instabilidade" no início do governo. De outro, afirmaram que seria um ato de "revanchismo" da base governista contra o STF — insensatez, pois a proposta e o seu autor nada têm a ver com o governo. Acumularam-se ameaças veladas e interpretações alarmistas. Mais importante, porém, é que nenhum dos lados questionou a necessidade de uma apuração dos fatos determinados sobre desvios no Poder Judiciário.

É preciso ter clareza e encontrar, no ambiente de intensa polarização em que vivemos no país — e no Legislativo —, a indispensável posição de equilíbrio e independência.

Não se trata de atacar ministros ou de questionar prerrogativas constitucionais do Judiciário. Muito menos de criar fatos políticos pró ou contra o governo — e cabe esclarecer que sou filiado ao PPS e não integro a base parlamentar do presidente Bolsonaro, assim como não apoio casuísmos ou arbítrios.

Trata-se, sim, de cumprir o meu dever de servidor da sociedade brasileira, que espelha uma vocação de vida, a de combater a desigualdade e a corrupção. E de cumprir a obrigação institucional de reforçar o sis-

tema de pesos e contrapesos vital à democracia. Quem pode frear eventuais abusos do Judiciário se não o Congresso, eleito pelo povo?

Queremos transparência no Judiciário. A CPI vai investigar suspeitas de desvios operacionais como os excessivos pedidos de vista em processos que retardam ou inviabilizam decisões; desrespeito cotidiano aos colegiados; casos similares com diferença abissal no tempo de tramitação; obscurantismo no sistema de distribuição processual, entre outros.

Aos que argumentam afirmando que isso seria inconstitucional, vale lembrar que o próprio STF e seus ministros já endossaram uma CPI do Judiciário, em 1999, cujos trabalhos deram importante contribuição para desbaratar um milionário esquema de corrupção em tribunais.

A CPI também pretende investigar possíveis desvios individuais, ação também reconhecida como legítima pelo STF. Nas casas guardiãs da legalidade sobram palestras remuneradas por empresas sob suspeição, empreendimentos societários e outras atividades econômicas em desvio à legislação.

Há indícios de nepotismo, a exemplo da indicação de filhos de ministros para tribunais. Regras são manipuladas para que uma decisão liminar seja usada como poder de barganha, em prol do aumento de remuneração corporativa.

Alguns alegaram que o pedido de CPI não apontava um fato determinado. É verdade. Não indicou uma, mas 12 dessas evidências de desmandos — e pode expor inúmeros outros. A sociedade exige mudanças e elas começam pela transparência nos atos dos três Poderes republicanos. Falta o Judiciário.

FOLHA DE S. PAULO

RANIER BRAGON Até quando?

19 FEV 2019

BRASÍLIA O Supremo Tribunal Federal retoma nesta quarta (20) o julgamento que pode tornar a homofobia crime específico, por omissão do Congresso em legislar sobre o tema.

Há bons argumentos segundos os quais o STF, por mais Supremo que seja, não pode fazer leis no lugar de deputados e senadores —o que é, nesse caso, um infortúnio lastimável.

Isso porque o Congresso não tem sido exatamente omissos nesses mais de 30 anos desde a promulgação da Constituição. Tem sido homofóbico.

Por obra e graça da bancada religiosa —que diz falar em nome de um ser superior que a todos ama, sem distinção—, nenhum projeto que criminaliza as manifestações e atos de ódio contra homossexuais virou lei.

Cabeças que parecem ainda pensar como há 2.000 anos teimam em acreditar que as pessoas “optam” por ser homossexuais. E basta não falar mais no assunto ou recorrer ao pastor da igreja, ou mesmo a uma boa e velha sova, para que esse “mal” seja banido do mundo.

O que mais dói é que milhões de crianças e adolescentes que se descobriram ou se descobrirão gays em determinado ponto da vida serão cruelmente afetados por esse lixo de pensamento, por essa infame cruzada rumo à idade das sombras.

Por que, glória a Deus, um ser humano nos seus 12, 13 anos, ou mesmo antes, merece ser discriminado, tratado com chacota, como aberração, ao se descobrir homossexual?

Porque sabe-se lá quem escreveu, sabe-se lá quando, sabe-se lá onde, que não pode? Porque criminalizar essa barbaridade é atentar contra a liberdade religiosa e de expressão?

De fato, é de cortar o coração a Ku Klux Klan não poder mais divulgar o quanto considera abjetos os negros, além de não poder mais sair livremente por aí em cortejo, com cones brancos na cabeça, a alegremente tocar fogo nas casas da crioulada.

Nem o direito à vida é absoluto, vide a legítima defesa, que dirá o direito à livre expressão. Crime ou não na lei brasileira, homofobia é um ato dos mais desprezíveis, não importa o que digam o STF ou o Congresso.

19 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

ALCIR PÉCORA
FRANCISCO FOOT HARDMAN

Professores titulares do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp

Procuradores de faz de conta

Denuncismo imoral quer fomentar o escândalo

No dia 7 de fevereiro, fomos surpreendidos pela notícia de que o Ministério Público pediu devolução imediata de salários acima do teto na USP, Unesp e Unicamp. A reportagem requeira a ideia de supostas irregularidades nos pagamentos dos docentes das universidades públicas paulistas, desta vez denunciadas pelos procuradores de Contas Thiago Piniheiro Lima e João Paulo G. Fontes.

Raramente nos sentimos tão mergulhados em ressentimento, moletagem e má-fé contra as universidades paulistas, que, sob quaisquer critérios, reúnem a maior produção científica do país. Nada ali corresponde a fatos, a não ser os que, a rigor, constituem-se em crimes de vazamento de informações sigilosas, de acordo com o próprio Regimento Interno do Tribunal de Contas (artigo 112).

Pena que não vazaram também o quanto ganha cada um dos citados procuradores. Enquanto o reitor da Unicamp, que tem o maior cargo administrativo e o posto acadê-

mico mais alto da carreira (professor titular), tem como vencimentos líquidos R\$ 15.502,08, os jovens denunciadores receberam, no mês passado, segundo o Portal da Transparência, vencimentos líquidos de R\$ 72.006,46 e R\$ 71.954,33!

Como é possível? Simples: sobre o salário base de mais de R\$ 20 mil, que ambos recebem, foram aplicadas verbas indenizatórias que burlam o teto. Isso, sim, uma obscenidade!

Independentemente de saber-se a quem servem, uma coisa é certa: esses jovens togados novos ricos são cúmplices ativos do obscurantismo, do anti-intelectualismo e da operação de cerco à universidade pública que tem dominado a cena nos tempos sinistros em que vivemos.

Ressaltamos que não é verdade que as universidades paguem acima do teto: os salários dos docentes paulistas estão congelados —no caso da Unicamp, desde abril de 2014. O critério que as três reitorias utilizam para promover esse con-

gelamento foi considerado absolutamente legal pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em agosto de 2015.

Mas o mais incrível não é isso. O disparate é que o teto salarial das universidades paulistas é o mais baixo do país! Alguns estados que se igualaram ao teto federal têm cerca de 70% a mais do que o teto paulista. E a maioria absoluta dos estados, que adotou o subteto previsto constitucionalmente (90,25% do teto federal), paga cerca de 54% a mais do que o teto paulista, algo equivalente a R\$ 12 mil.

A decisão final sobre tal discrepância encontra-se no STF, não cabendo, portanto, nenhuma ingerência como a desses procuradores.

Estamos assim há já cinco anos: os melhores centros de pesquisa e pós-graduação do país, de reconhecimento nacional e internacional, remuneram seus docentes com o teto salarial mais baixo do Brasil. Sendo assim, por que continuamos a tolerar que tais “procuradores de contas” continuem esses ataques escabrosos contra a educação e pesquisa da universidade pública, quando são deles os salários turbinados que vêm “reiteradamente lesando os cofres públicos”?

Esse denunciismo imoral quer fomentar somente o escândalo. Sabe-se que essa fórmula está no centro das ações contra a educação e a ciência. Nada disso vai demover a teimosia e resistência dos que ainda acreditam na universidade como lugar decisivo para a riqueza espiritual e material do país.

19 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

Fux mantém julgamentos de adicional de 25% a aposentados

Clayton Castelani

SÃO PAULO A Justiça não vai interromper os julgamentos de pedidos de adicional de 25% sobre o benefício de aposentados que precisam da assistência de outras pessoas, decidiu o ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal).

O pedido de suspensão dos julgamentos havia sido apresentado pela AGU (Advocacia-Geral da União), na tentativa de impedir a aplicação de determinação do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Em agosto do ano passado, o tribunal reconheceu o direito ao adicional para todos os aposentados que comprovem incapacidade.

De acordo com a legislação vigente, apenas aposentados por invalidez que dependem de terceiros têm direito à bonificação.

A regra é questionada, porém, por beneficiários que ficaram incapazes após a aposentadoria.

O efeito esperado para a decisão de Fux é que processos parados no Judiciário possam voltar a andar, explica a diretora de atuação judicial do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Giselle Kravchychyn.

“Advogados de aposentados devem apresentar petições com a decisão do ministro Luiz Fux, porque muitos juízes aguardavam uma manifestação do STF antes de reconhecer o direito ao adicional”, disse Kravchychyn.

Aos aposentados interessados em ingressar na Justiça para pedir o adicional, cabe ponderar que a discussão sobre o direito não está completamente encerrada.

Apesar de ter negado a suspensão, Fux não tratou do direito ao adicional, discussão que somente poderá ser debatida pelo Supremo caso a corte mude de posição e passe a tratar essa matéria como sendo constitucional.

Ao se manifestar sobre o tema em 2011, o Supremo avaliou que a discussão era infraconstitucional, ou seja, estava abaixo da Constituição. O Supremo, por sua vez, só trata de assuntos constitucionais.

Caso o STF mantenha sua posição, o direito ao bônus estará garantido pela decisão do STJ, mas apenas para os beneficiários que o exigirem por meio de ação judicial.

O pagamento para pedidos apresentados diretamente ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Nacional) dependerá de outro procedimento legal, como o julgamento de uma ação civil pública determinando o cumprimento do direito de forma administrativa.

Neste momento, a 8ª Vara Previdenciária de São Paulo analisa uma ação civil pública movida pela Centrape (Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas) para que o bônus seja pago pela via administrativa —ou seja, sem a necessidade de se acionar a Justiça.

A AGU, responsável por representar o INSS na Justiça, informou não ter sido formalmente notificada da decisão do ministro Luiz Fux.

“Contudo, o órgão informa que apresentará os recursos adequados para impugnar a decisão. Cabe acrescentar que não foram exauridos todos os instrumentos processuais cabíveis em relação ao tema”, afirmou o órgão, por meio de nota.

A AGU alega também que uma decisão final favorável aos aposentados teria impacto de R\$ 5 bilhões nas contas públicas.

O valor apresentado pelo governo federal é contestado por entidades que representam os aposentados, pois o consideram superestimado.

MÔNICA BERGAMO

RETA FINAL O TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) julga na próxima quinta (21) os embargos de José Dirceu a uma das condenações dele na Lava Jato. A confirmação da sentença aumenta o risco de que o petista seja preso antes do fim de março.

ALÍVIO O maestro João Carlos Martins acordou da cirurgia que fez na segunda (18), na mão esquerda, aliviado. “Depois de 17 anos de dores, não senti nada”, diz.

ALÍVIO 2 “Foi uma grande alegria depois de uma grande tristeza”, afirma. No domingo (17), ele se despediu definitivamente do piano. Por causa da cirurgia, não vai mais poder tocar o instrumento.

19 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

Juíza veta pressão de Eletronorte sobre índios

Rubens Valente

BRASÍLIA A juíza federal de Manaus (AM) Raffaella Cássia de Sousa determinou que a Eletronorte pare de fazer pressões sobre os índios waimiri-atroari para manter um programa de compensação por danos ambientais provocados à etnia.

Como a Folha revelou em agosto passado, a Eletronorte ameaçou cortar uma verba anual que alcançaria R\$ 18 milhões em quatro anos caso os indígenas não autorizassem as obras de construção de uma linha de alta tensão de transmissão de energia elétrica que ligaria Manaus (AM) a Boa Vista (RR).

Em ofício enviado em 16 de agosto de 2018 à presidência da Funai (Fundação Nacional do Índio), o diretor de engenharia da Eletronorte, Roberto Parucker, escreveu que a continuidade dos pagamentos fica condicionada ao cumprimento, pela comunidade indígena, de ações para permitir o licenciamento ambiental da linha de energia elétrica, entre as quais uma manifestação positiva sobre o plano básico da obra no quesito indígena até 15 de novembro do ano passado.

Após ler o ofício, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública. “Note-se que a empresa adotou uma medida de chantagem ao povo kinja [como se autodenominam os waimiri-atroari], exigindo a manifestação positiva ao empreendimento de linha de transmissão, independentemente de adoção do procedimento de consulta prévia, livre e informada. A atuação abusiva chegou a patamares inimagináveis, colocando em risco a própria autossustentabilidade dos waimiri-atroari”,

escreveu o procurador Fernando Merloto Soave.

Em outra ação civil pública que tramita sobre a obra do linhão, uma decisão da Justiça Federal, segundo o Ministério Público Federal “é íntegra e coerente no sentido de ser imprescindível o consentimento do povo waimiri-atroari para que o projeto de linha de transmissão avance”.

O PWA (Programa Waimiri-Atroari) foi criado em 1987 por indigenistas e técnicos de órgãos públicos estaduais e da Eletronorte como compensação financeira pelos danos causados na terra indígena a partir da construção da hidrelétrica de Balbina.

Ele prevê uma série de ações de saúde, educação, proteção do ambiente e apoio à produção e conseguiu reverter o alto índice de mortalidade entre os indígenas durante a ditadura militar, em consequência da construção da BR-174, entre Manaus e Boa Vista.

A juíza federal acolheu a abertura da ação civil e intimou a Funai a se manifestar.

O órgão indigenista confirmou que a Eletronorte informou aos indígenas que o PWA “só seria renovado após a aprovação pelos indígenas da Linha de Transmissão Manaus-Boa Vista”. Segundo a Funai, a Eletronorte é sócia minoritária da Transnorte Energia S/A, “empreendedor dono da linha de transmissão”. “Destaca-se que foi solicitada uma autorização sem a existência de qualquer estudo de impacto. [...] Destaca-se que os waimiri-atroari sempre se manifestaram [no sentido] de que o processo não foi precedido de consulta adequada, conforme previsto em legislação”, diz o ofício endereçado pela Funai à Justiça Federal de Manaus.

A decisão liminar da juíza foi tomada dia 15, “em face da Eletronorte para que se abstenha de adotar qualquer medida tendente a impor ou condicionar a efetivação do Programa Waimiri-Atroari (PWA)”.

A juíza apontou que, em 2013, “restou demonstrado nos autos que não houve consentimento livre da comunidade waimiri-atroari ao assinar o protocolo de intenções/termo de acordo”. Ela também reforçou que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho prevê a consulta aos povos indígenas deve ser feita de forma livre, prévia e informada com boa-fé.

BEMPARANÁ

CASO DANIEL

19 FEV 2019

Audiências começam com ares de espetáculo

Quatro testemunhas foram ouvidas na tarde de ontem em São José dos Pinhais

Narley Resende

O início da primeira fase de audiências na Justiça do caso da morte do jogador Daniel Corrêa Freitas, ontem, foi destaque em praticamente todos os jornais e emissoras de rádio e televisão de Curitiba e do Paraná neste início de semana. Dezenas de repórteres se colocaram na porta do fórum de São José dos Pinhais. A cobertura remete a outros casos de grande repercussão jornalística no Estado, como da médica Virgínia Soares de Souza, inocentada da acusação de matar pacientes na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Evangélico; e da morte da menina Tainá Adriane da Silva, que ainda está sem solução, mas que acabou por condenar policiais acusados de torturar suspeitos do crime.

Com destaque que envolve também a imprensa nacional, as sessões de instrução do caso na 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais começaram na tarde de ontem e devem durar ao menos três dias devido ao grande número de testemunhas e mobilização de todos os envolvidos.

A maioria das testemunhas é de conhecidos dos réus e da vítima e devem expor à Justiça informações sobre condutas e qualquer outro detalhe que ajude a traçar o perfil dos envolvidos. Edison Brittes Junior; a esposa e a filha, Cristiana Rodrigues Brittes e Allana Emilly Brittes; David Willian Silva; Eduardo Henrique Ribeiro da Silva; Ygor King e Evellyn Brisola Perusso são os réus no caso.

No primeiro dia foram ouvidas apenas quatro testemunhas de acusação. As audiências de instrução marcam o início do procedimento que define se o caso vai ou não a Júri Popular.

Defesa e acusação

O momento também encontra embates entre defesa e acusação, que aproveitam a presença da imprensa para expor suas teses. Para a defesa, Daniel provocou toda a situação, e que teria tentado violentar Cristiana. Para a acusação, isso é uma afronta à memória do jogador.

'Quero olhar na cara deles', diz mãe de jogador

O início das oitivas do Caso Daniel teve atraso de aproximadamente duas horas, em razão do voo da mãe do jogador, Eliana Aparecida Correa Freiras, que teve o horário alterado. Ela veio de Minas Gerais por fazer questão de prestar depoimento como testemunha de acusação. No primeiro dia, ela não prestou depoimento, mas esteve a tarde toda presente em uma sala ao lado da sala de audiências.

"Quero olhar na cara deles. Pra eu ver quem são essas pessoas que tiveram coragem de fazer isso com meu filho", disse. Em entrevista à RPC-TV, Elaina disse que tem pena da família Brittes. "Eu tenho pena deles. Eu sinto pena. Pena, porque que vida eles vão ter? A sociedade toda discrimina. Isso não tem mais vida. Eles tem uma outra filha que vai saber pelos cole-

guinhas que tem pai e mãe na cadeia. Que o pai matou uma pessoa, torturou. A frieza com que fizeram, com que me trataram, me ligaram falando que estavam rezando para não ser ele e já sabiam que ele já estava morto. Vieram me oferecer ajuda, que o que a gente precisasse aqui em Curitiba, que eles estavam às ordens, que o Daniel era um querido. Um querido que eles mataram", disse Eliane, emocionada.

Assim como ela, os réus, mesmo sem obrigação de participar, também comparecerão às audiências. Ao todo 48 testemunhas, sendo 14 da acusação, que são ouvidas primeiro, e as outras da defesa, para serem ouvidas pela juíza Luciani Martins de Paula, titular da 1ª Vara Criminal, Júri e Execuções Penais do município onde o crime aconteceu.

O crime

Daniel havia participado da festa de aniversário de 18 anos de Allana, que ocorreu em uma casa noturna de Curitiba e na sequência, seguiu com a família e amigos da jovem para continuar a festa na casa da garota. As investigações apontaram que durante a madrugada Daniel entrou no quarto de Cristina Brittes enquanto ela dormia, tirou fotos ao lado dela e enviou para amigos pelo Whatsapp. Foi quando Edison Brittes teria entrado no quarto e espancado o rapaz com ajuda de outras pessoas.

19 FEV 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça começa a ouvir testemunhas do caso Daniel

Três testemunhas sigilosas falaram na tarde desta
segunda-feira (18); audiências de Instrução
devem definir se os réus vão ou não a júri popular
pelo assassinato do jogador

Rafael Costa
Reportagem Local

Curitiba - A Justiça do Paraná começou a ouvir nesta segunda-feira (18) as testemunhas do processo que apura o assassinato do jogador Daniel Freitas, morto em outubro de 2018 em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. A primeira audiência de instrução, como é chamada esta etapa que deve decidir se os réus vão ou não a júri popular, começou com os depoimentos de testemunhas sigilosas da acusação.

Sete pessoas são acusadas de envolvimento no homicídio - cinco por homicídio, incluindo o empresário Edison Brittes Júnior, que confessou o assassinato, e a esposa dele, Cristiana Brittes, considerada determinante para o crime pela promotoria. Três jovens que estavam na festa promovida na casa da família no dia do homicídio também são acusados pela morte do jogador.

A audiência desta segunda começou por volta das 15h e foi interrompida pouco depois das 20 horas. Apenas

três das 14 testemunhas da acusação foram ouvidas. As pessoas ouvidas em segredo pediram sigilo por medo de retaliação dos acusados.

“Tudo o que esperávamos foi dito”, disse Nilton Ribeiro, que representa a família do jogador. “A defesa está tentando jogar fumaça para desviar o foco, mas a situação é uma só. Foi um crime bárbaro, hediondo. As testemunhas ouvidas agora disseram que Freitas pediu realmente socorro, e falou: ‘Por favor, não me matem’”, contou o advogado, ao final do segundo depoimento.

Os depoimentos devem ser retomados a partir das 9 horas desta terça-feira (19). A previsão inicial era que esta fase do processo durasse até a quarta-feira (20), mas a extensão dos depoimentos desta segunda-feira indicam que o prazo poderá ser ultrapassado. Entre os depoimentos adiados está o do delegado Amadeu Trevisan, responsável pelo inquérito do assassinato do jogador, e da mãe e da tia de Freitas. Todos estiveram no Fórum de São José dos Pinhais, onde são realizadas as audiências.

“Estou preparada”, disse a mãe do jogador, que decidiu falar na presença dos réus - que têm direito a ouvir os depoimentos. “Sempre acompanhei meu filho em tudo, em todas as horas felizes da vida dele. E agora que fizeram isso com ele, não vou abandoná-lo.”

A mãe de Freitas chorou ao ser abordada pelos jornalistas que passaram a tarde no Fórum. Ela disse que se preparou para ficar frente a frente com Edison Brittes por meio de terapia e remédios. “Tenho pena dele. Ele é um infeliz”, disse.

O crime ocorreu em 27 de outubro. O jogador Daniel Corrêa Freitas, 24, foi ao aniversário de 18 anos de Allana Brittes em uma casa noturna de Curitiba na noite anterior. As comemorações continuaram na manhã seguinte, na casa da família. Depois de enviar a amigos, pelo celular, fotos suas deitado ao lado da mãe da aniversariante, Cristiana, na cama do casal, Freitas foi morto. O corpo foi encontrado em um matagal.

CONTINUA

19 FEV 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Os laudos periciais concluíram que o jogador foi morto por degola parcial causada por instrumento altamente afiado.

A promotoria sustenta que Edison Brittes Junior e os supostos coautores do homicídio decidiram fazer um “justiçamento” ao encontrar Freitas deitado com Cristiana. A esposa do empresário não teria tentado evitar o crime e teria “aderido” ao assassinato, daí ter sido acusada também por homicídio.

Para o advogado que defende a família Brittes, Claudio Dalledone Júnior, os depoimentos das testemunhas de acusação na audiência desmentem essa versão. “Exclui-se absolutamente por completo que as duas tenham prestado algum auxílio, quer seja uma coadjuvação paralela ou qualquer apoio material”, disse.

“Está muito claro, das pessoas que lá estiveram e são ouvidas como testemunhas de acusação, que elas de nada participaram. Ao contrário disso: buscaram, de todas as maneiras, que aquilo cessasse”, sustentou. O advogado avaliou, ainda, que as testemunhas revelaram informações “relevantíssimas”, que modificam “certezas que estavam cravadas” e que “mudam toda a dinâmica do crime”.

19 FEV 2019

FOLHA DE LONDRINA

MP oferece denúncia e estudante vai responder por racismo

Viviani Costa

Reportagem Local

O estudante de Direito Pedro Baleotti foi denunciado pelo Ministério Público do Paraná pelo crime de racismo. A denúncia oferecida à Justiça pelo promotor de Defesa dos Direitos Humanos, Paulo Tavares, tramita na 5ª Vara Criminal de Londrina.

Em outubro do ano passado, no segundo turno das eleições, Baleotti gravou um vídeo de dentro do veículo em que estava, direcionou a câmera para uma motocicleta com duas pessoas e comentou: "Tá vendo essa negriada? Vai morrer, vai morrer, é capitão". O vídeo foi divulgado em diversas redes sociais.

Após a conclusão do inquérito policial, o promotor solicitou novas diligências para o oferecimento da denúncia. Conforme Tavares, "ao referir-se à cor das pessoas que estavam nas ruas do município e insinuando descontentamento em relação aos negros em geral, desconsiderou a importância do negro para a formação do Brasil, associando a cor negra a algo de pouco valor, desejando a morte das pessoas negras, praticando o racismo qualificado em sua forma consumada".

O crime de discriminação ou preconceito de raça e cor está previsto na lei 7.716/89.

"Como o conteúdo também foi divulgado nas redes sociais, houve um agravamento da situação", explicou o promotor. Dessa forma, a variação da pena que seria de 1 a 3 anos de reclusão aumenta para 2 a 5 anos de reclusão, além da possibilidade do pagamento de multa.

"Quando nós estamos diante do racismo, a resposta é o inquérito, a denúncia. O silêncio em torno do racismo e da discriminação é terrível e faz com que as pessoas não reflitam sobre os próprios atos. Toda denúncia criminal tem caráter preventivo na medida em que se inibem condutas como essa. É importante que a sociedade denuncie", frisou o Paulo Tavares. O advogado de defesa do estudante, Rafael Garcia Campos, informou que só irá se manifestar nos autos porque "o caso é bastante delicado".

Pedro Baleotti cursava o último ano de Direito na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. Em nota, a universidade destacou que o estudante foi desligado do curso em dezembro do ano passado, após processo instaurado na corregedoria da Mackenzie. O Conselho Universitário manteve a decisão, mesmo após recurso protocolado pela defesa. Porém, os advogados do estudante obtiveram liminar na Justiça Federal para a reatriculação de Baleotti. A universi-

dade informou que solicitou a revogação da liminar e aguarda a análise do pedido. "Cabe reiterar, que a Universidade Presbiteriana Mackenzie continua não aceitando e repudiando todo e qualquer discurso de ódio e discriminação", concluiu em nota.

19 FEV 2019

FOLHA DE LONDRINA

Raquel defende que R\$ 76 mi de delatores vão para educação básica

Agência Estado

São Paulo - A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, reiterou pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que R\$ 76,1 milhões decorrentes de multas referentes aos acordos de delação premiada firmados com os marqueteiros João Santana e Mônica Moura e André Luis Reis Santana, todos alvos da Operação Lava Jato, sejam aplicados integralmente na educação básica.

A petição foi encaminhada após solicitação da Advocacia-Geral da União (AGU) para que os recursos fossem destinados ao Tesouro Nacional.

Até o momento, em 34 petições enviadas ao Supremo,

a PGR requereu a aplicação de R\$ 282,9 milhões em ações do Ministério da Educação (MEC), informou a Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral. Esse montante tem como origem multas estabelecidas em acordos de delação premiada no âmbito da Operação Lava Jato.

Como resultado da Petição 6.890, enviada em novembro, o relator dos casos da Lava Jato na Corte, ministro Edson Fachin, deferiu o pedido da PGR para destinação dos recursos à União, conforme prevê o artigo 91, II, do Código Penal.

No entanto, a Advocacia-Geral da União indicou o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) como beneficiário dos recursos.

19 FEV 2019

FOLHA DE LONDRINA

Prefeito investigado por mandar funcionários assistir a show de noiva

Julia Affonso
Agência Estado

São Paulo - O Ministério Público de Pernambuco informou nessa segunda-feira (18) que abriu procedimentos para investigar possíveis atos de improbidade administrativa do prefeito de Camaragibe, Demóstenes Meira (PTB). Em áudios enviados pelo WhatsApp, o prefeito ordenou que os funcionários comissionados comparecessem ao bloco de carnaval Canário Elétrico "ao meio-dia" do domingo (17), no qual sua noiva, a secretária municipal da Ação Social, Taty Dantas, cantaria.

"Quero todos os comissionados no bloco de meio-dia, independente de ser crente, espírita, católico, de não gos-

tar de carnaval. Eu quero todos os cargos comissionados. Eu também não participo de carnaval, mas eu vou dar apoio ao show da minha noiva, futura esposa Taty Dantas", mandou o prefeito. "Vou fazer uma filmagem, vou gravar todos os cargos comissionados que estiverem presentes, ok?"

Camaragibe fica na Região Metropolitana do Recife. A cidade tem cerca de 150 mil habitantes.

O procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, determinou à assessoria criminal do Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça abrir procedimento investigativo criminal para apurar se o gestor cometeu crime de peculato - uso indevido de recursos públicos para patrocinar fins privados e pessoais.

TRIBUNA DO PARANÁ 19 FEV 2019

GENTE DEMAIS

Primeiro dia de depoimentos durou 6 horas,
mas ainda tem mais de 70 testemunhas

A primeira audiência de instrução do processo sobre a morte do jogador Daniel Corrêa de Freitas, ontem, começou com mais de uma hora de atraso, por volta das 14h40, e durou cerca de seis horas. Nesta fase, estão sendo ouvidos os depoimentos das testemunhas de acusação. No total, são 77 testemunhas que devem prestar depoimento nos próximos dias, sendo 14 de acusação e, as demais, convocadas pela defesa.

O primeiro a falar foi Lucas Mineiro, jovem que era amigo do jogador Daniel. Depois, falaram os irmãos Gustavo e Eduardo Purkote, testemunhas sigilosas, antes de encerrar o primeiro dia de trabalhos no Fórum de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. O advogado da dupla, Ricardo Dewes, não falou com a imprensa.

A previsão inicial era de que as audiências se estendessem até amanhã, mas pela quantidade de gente que ainda resta para depor, a probabilidade é que se estenda até pelo menos a sexta-feira.

Advogado ausente

Rodrigo Fauz Pereira e Silva, responsável pela defesa dos acusados David Willian Vollero da Silva e Ygor King, não esteve na audiência de ontem e, em nota, fez duras críticas à juíza do caso, Luciani Regina Martins de Paula, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais. Segundo ele, é "direito de qualquer

acusado ser defendido por um advogado de sua confiança e o juízo cerceou indevidamente o exercício profissional, o que poderá ocasionar na nulidade de toda a audiência".

Com defesa de sua tese de doutorado marcada previamente para ontem, em Minas Gerais, o defensor cita que era de conhecimento do juízo o compromisso já agendado, e que chegou a sugerir a antecipação da data da audiência, o que foi indeferido. "É lamentável que direitos fundamentais previstos na Constituição estejam sendo violados desde o início da ação penal", complementou.

Primeira testemunha

O primeiro a ser ouvido foi o amigo de Daniel, Lucas Mineiro, que falou sobre as ameaças que sofreu e o que presenciou do crime. Segundo seu advogado, Jacob Filho, o início do depoimento foi marcado pela confusão, que se instaurou com um "choque" entre o promotor do caso e Cláudio Dalledone Jr., que defende a família Brittes.

Na sequência, de acordo com o advogado, o jovem reafirmou tudo o que já tinha dito ao delegado do caso, Amadeu Trevisan, mas revelou que Mineiro excluiu Allana e Cristiana Brittes das agressões, já que não teria visto as duas envolvidas no crime.

Desde que procurou a delegacia da cidade para prestar

depoimento, ele e a família vivem sob ameaças, e hoje não moram mais no Paraná, tendo se mudado para um local que consideram seguro.

Família Brittes

Isolados um do outro na prisão, a família teve o primeiro contato desde que os três foram detidos, no começo de novembro do ano passado. Apesar de estarem juntos, o contato foi mínimo, de acordo com testemunhas, já que estavam na sala da juíza.

Sobre o depoimento, Dalledone se mostrou otimista com o que ouviu, já que acredita que tudo o que foi dito corrobora com a tese de que Allana e Cristiana não participaram do crime e, de certa forma, até tentaram evitá-lo. "Estou surpreso de maneira positiva com as oitivas. Longe da pressão da delegacia, as testemunhas falaram muitas coisas boas que defendem a família Brittes. Todas as testemunhas firmaram que Cristiana não se envolveu com o crime e tentou, de alguma forma, evitar que o marido cometesse", afirmou.

CONTINUA

19 FEV 2019

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Mãe

Hoje, deve ser ouvida a mãe do jogador, Eliane Aparecida Corrêa Freitas e sua irmã - que era madrinha de Daniel - Iolanda Regina. A mãe pediu à juíza para depor na presença dos réus, para poder mostrar toda a dor que lhe foi causada pelo crime, algo que será concedido após um acordo entre os advogados. Ficou acertado que elas farão a oitiva na presença dos acusados, mas que terá que manter o respeito que a Corte e a magistrada exigem.

Segundo Nilton Ribeiro, advogado da família do jogador Daniel, Eliane e Iolanda são pessoas educadas e "vão tratar a situação com muita humanidade, mesmo diante de toda a crueldade que foi feita com o ente de sua família".

19 FEV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Agressão ao Estado de Direito

Ao autorizar a quebra do sigilo bancário do escritório de advocacia do criminalista Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, no período de julho de 2016 a novembro de 2018, o juiz Vallisney de Oliveira, da 10.^a Vara Criminal Federal de Brasília, não se limitou apenas a ferir as prerrogativas de um profissional do direito que até dezembro de 2018 fazia a defesa do ex-presidente Michel Temer, no caso que envolve o empresário Joesley Batista, do Grupo J & F. Ao ignorar que o segredo profissional dos advogados é uma garantia constitucional da ampla defesa, o magistrado também ignorou a própria ordem jurídica que jurou cumprir, quando ingressou no Poder Judiciário.

Ao acolher pedido do Ministério Público Federal (MPF), o juiz Vallisney – que é responsável pelos casos relacionados às Operações Zelotes, Lava Jato, Sépsis e Cui Bono que correm na Justiça Federal do Distrito Federal – determinou, na mesma decisão que atingiu o escritório de Mariz de Oliveira, a quebra de sigilo de 15 empresas do Grupo J & F no período de janeiro de 2008 e novembro de 2018. Ou seja, ele não visou apenas empresas que estão sendo objeto de investigações criminais e ações penais, o que é previsto por lei. Visou, igualmente, o advogado que as defende, sem que ele sequer recebesse comunicação judicial de que o sigilo de seu escritório havia si-

do quebrado. E isso é inconstitucional. Confundindo advogado com cliente, os procuradores do MPF e o juiz atingiram uma das premissas do Estado de Direito – o devido processo legal, em cuja base está o direito de defesa.

Como os procuradores não informaram formalmente o motivo concreto com base no qual pediram a quebra do sigilo do escritório de Mariz, mas não esconderam que pretendiam saber qual a origem dos honorários do advogado, o caso assumiu feições kafkianas. Não foi por acaso que a decisão da 10.^a Vara Criminal Federal de Brasília, favorável aos procuradores, causou perplexidade nos meios jurídicos.

Criado para conter excessos de juízes mais preocupados com as consequências de seus despachos do que com as garantias daqueles que julgam, o Movimento de Defesa da Advocacia considerou a iniciativa de Vallisney um “ato de barbárie”. “A profissão do criminalista só tem condições de ser exercida caso se respeite a inviolabilidade de sua lida, estritamente legal, com seu cliente. A democracia, por sua vez, só tem condições mínimas de se sustentar se o advogado puder servir de garantia ao cidadão”, disse, em nota, o Instituto de Garantias Penais. “Trata-se de uma situação arbitrária que viola frontalmente a Carta da República”, afirmou o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Ao comentar o caso, Mariz de Oliveira afirmou que, apesar de

não ter tido acesso à ordem judicial e ter sido informado da quebra de sigilo de seu escritório pela imprensa, a decisão do juiz Vallisney ocorreu no âmbito de uma investigação sobre o ex-presidente Temer, sob suspeita de tentar silenciar o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (MDB-RJ) e o corretor Lúcio Bolonha Funaro. Mariz defendeu Temer e Funaro, mas deixou a defesa deste último depois que ele assinou acordo de delação premiada, devolvendo parte dos honorários recebidos. E, por impedimento funcional, também renunciou à defesa de Temer – que é objeto de três acusações formais da Procuradoria-Geral da República e cinco inquéritos em curso da Polícia Federal – a partir do momento em que Funaro foi arrolado como testemunha de acusação pelos procuradores. “Talvez (*os procuradores*) tenham entendido que eu dei algum dinheiro para o sr. Funaro. Mas foi apenas a devolução de parte dos honorários. Eu tenho os e-mails em que tratamos disso”, diz o advogado.

Expressando uma obsessão pelo protagonismo político, iniciativas arbitrárias como essa do MPF e da primeira instância da Justiça Federal têm sido baradas pelo Supremo Tribunal Federal. Custa crer que, apesar disso, ainda existam procuradores e magistrados que, arvorando-se em defensores da moral, insistem em invocar a ética de que os fins justificam os meios, inclusive com o desprezo às garantias fundamentais.

O ESTADO DE S. PAULO

FERNÃO LARA MESQUITA 19 FEV 2019

Jair, os Bolsonaro, Moro e a Previdência

Não dá para não fazer
o que é preciso fazer já
e esperar que cesse
a guerra do Brasil

Bolsonaro vai a reboque da onda que o trouxe até aqui. O presidente é um híbrido com muito mais tempo de vida dentro do que fora da privilegiatura. Não decidiu ainda nem de que lado da mesa da negociação da Previdência quer se sentar.

Diziam que o dr. Ulysses, “pai” da “Constituição dos Miseráveis”, esta que fez de nós os próprios, era capaz de inverter 180º o sentido do seu discurso entre o início e o fim da mesma frase sem mudar de cara, tal era o seu faro para antecipar o que a plateia queria ouvir. Esse modo do que as redes sociais e suas *fake news* podem fazer com a cabeça do povo é bobagem. Perigo mesmo é o que elas permitem que o povo faça com a cabeça dos demagogos ao dar-lhes acesso à sua intimidade. O salto pode ser das mesmas proporções que permitiram que Facebooks e Googles montassem negócios de mais de US\$ 1 trilhão espionando a vontade dos consumidores.

As redes foram decisivas para levar o presidente até a embocadura da rampa. E é ao filho problema da vez que se atribui a glória de tê-lo feito. Mas desde então os Bolsonaros – Jair inclusive – têm se mostrado o que há de pior no governo Bolsonaro. Já se comemorou como a melhor qualidade do presidente o desprendimento com que voltou atrás de alguns dos seus erros. O problema é que ele tem voltado atrás também dos acertos, especialmente os que diziam respeito “aos meninos”. É verdade que entre entradas e saídas de hospitais o governo só começou

quinta-feira passada. Mas vai tão solta a rédea que só dá para pensar positivamente na família lembrando a alternativa que havia e rezando para que os velhos generais do “poder moderador” consigam, de alguma forma, conter esse desembesto.

Foi o Brasil que virou a mesa do lulismo. Os supostos liderados andam adiante do pretensão líder. Só que sem saber exatamente pra onde, pois, sofrido o bastante para repudiar o que está aí, o brasileiro não tem a menor ideia sobre os modernos arranjos institucionais capazes de arrancá-lo da servidão em que nasceram e morreram todas as gerações verde-amarelas, pois a censura à exposição dessas alternativas é a obra mais exitosa de todos os colonizadores passados e presentes da ralé que sustenta a corte.

A novela do cacife com que sua excelência se dispôs a permitir que Paulo Guedes entre no jogo da reforma da Previdência contra a privilegiatura entrenchirada no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público e no Executivo diz tudo. Com a aposta inicial rebaixada pelo chefe do alto dos seus 58 milhões de votos, as feras que andavam com a boca seca até diante de um governo sem voto algum voltaram a salivar grosso.

E, no entanto, na questão da Previdência, assim como na das mudanças para conter o crime organizado com ou sem mandato, não existe qualquer sombra da mais leve dúvida. O dinheiro é um só e não é o Estado que o produz. Tudo que ele sabe fazer com esse material é transferi-lo de uns bolsos para outros. E no Brasil esse tráfego se tem dado

numa contramão tão obscena que o assunto passou a ser tratado como o segredo de Fátima, aquele que não pode ser revelado sem que a Igreja desmorone. Ninguém fala nos números exatos, nem do dinheiro que cada marajá embolsa, nem das mordomias em que se lambuzam pornograficamente, mas a carga de impostos que tudo isso custa está tão além do limite que permite ao País competir por empregos na arena global sem a certeza de perder que o problema já não são só os 30 milhões de desempregados e subempregados de hoje, é o sinal errado fazer a boiada estourar e não sobrar nenhum.

Cada minuto a mais que os empregados do Estado mais regularmente pagos do planeta, ricos o bastante para pagar saúde, educação e segurança privadas do melhor que há, conseguirem esticar os seus privilégios custará uma escola, um remédio, um policial a menos para os brasileiros mais deseducados, mais doentes e mais expostos ao crime do favelão nacional, que não terão dinheiro para se aposentar nunca enquanto isso continuar assim. E a nossa montanha anual de cadáveres está aí para provar que não há assalto à mão armada de pistola que mate mais que esse arrastão permanente à mão armada de lei.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

19 FEV 2019

Quanto à suposta “impopularidade” da reforma aqui fora, a verdade é a seguinte. Quem consegue escapar do tiroteio, que é o urro da miséria dizendo a Brasília a que extremo ela chegou, já vive mais de 80 anos hoje. E na velocidade com que a medicina avança quem está começando a trabalhar agora vai viver bem mais de 100. Quanto mais cedo se aposentarem os privilegiados de uma sociedade que tem, toda ela, a mesma expectativa de vida, mulheres um pouco mais, para mais tarde os preteridos terão de adiar a sua, porque cada tostão que alguém levar a mais que a média será surrupiado de quem ficar com o que sobrar.

Não existe um único brasileiro que não saiba disso. Sai pra lá, portanto, com essa conversinha de pedir mais tempo ou querer dar mole pra este ou aquele grupo. Ouvi-la da boca de quem tem privilégios – e toda a família Bolsonaro tem – ofende tanto a quem se solicita que agüente mais um pouco de miséria pra que eles tenham de abrir mão de um pouco menos do luxo pelo qual não pagaram que a parcela menos poluída deste governo, não só a que foi importada do País real, mas também a que nunca saiu da caserna, sentiu o rubor na face e mostrou vergonha na cara. Mas a turma de Brasília, aí incluídos os paladinos da justiça com bons serviços prestados na outra luta desta nação, permanece muda, como se não fosse com eles.

Tu ítem o que tuitarem os Bolsonaros e passe as leis que passar o ministro Moro, o que for feito agora na Previdência é que vai determinar que quantidade de desgraças o estancamento da hemorragia fiscal poderá evitar para esta e para as próximas gerações de brasileiros. Não dá para não fazer o que é preciso fazer já e encarar o Brasil de frente. Aliás, deixemos isso de consciência para quem vier a provar que tem uma: não dá para não fazer o que é preciso fazer já e esperar que cesse a guerra do Brasil.

Empresária marca encontro pela web e é espancada por 4h

Crime foi no apartamento da vítima, na Barra da Tijuca; preso em flagrante, agressor vai responder por tentativa de feminicídio

Roberta Jansen / RIO

As imagens das paredes repletas de sangue e do apartamento revirado dão a dimensão da violência sofrida pela empresária Elaine Caparróz, de 55 anos. Ela foi espancada durante quatro horas pelo advogado Vinícius Batista Serra, de 27 anos, com quem havia se encontrado pela primeira vez na noite de sábado. O agressor foi preso em flagrante, na Barra da Tijuca, zona oeste carioca, após os vizinhos ouvirem pedidos de socorro e chamarem a polícia.

Elaine está internada em estado grave na UTI do Hospital Casa de Portugal, no centro do Rio, e terá ainda de passar por cirurgias reparadoras. Segundo o irmão de Elaine, Rogério Peres Caparróz, a empresária tem diversas fraturas graves, trauma de pulmão e dos rins. A hipótese de um edema cerebral, no entanto, foi descartada.

“Cada vez que vou lá e olho para ela, não reconheço minha irmã; ele a desfigurou completamente”, contou. “Ela está com fraturas em toda a face, no nariz, globo ocular, maxilar, dentes; além disso, está com trauma de pulmão e pode evoluir para insuficiência renal. Os braços estão cheios de mordidas.”

A empresária contou ao ir-

mão que conheceu Serra em uma rede social e vinha conversando com ele havia oito meses. No sábado, resolveram se encontrar pela primeira vez. Elaine o convidou para jantar em seu apartamento.

“Eles já conversavam há oito meses, ela o acompanhava na rede social, tinha amigos em comum, se sentiu à vontade para encontrá-lo. Comprou queijos e vinhos para recebê-lo e conversarem”, contou Rogério. Ainda segundo o relato de Elaine ao irmão, como foi ficando tarde, Serra pediu para dormir no apartamento da empresária, a abraçou e pediu que ela dormisse com a cabeça em seu peito. “Ela estava há um ano sem ninguém. Achou que seria a chance de estar com um cara legal.”

De madrugada, Elaine acordou sendo agredida violentamente. A sessão de tortura du-

o Indignação

“Que a justiça seja feita e a pena para crime tão grotesco seja dura! Sociedade e justiça não podem mais permitir que psicopatas permaneçam impunes e em convívio com a sociedade.”

Rayron Gracie

FILHO DA EMPRESÁRIA AGREDIDA

rou cerca de quatro horas, seguindo o irmão. “Ela gritava: ‘Para, pelo amor de Deus’, mas ele continuava batendo, xingando, mordendo, esmurrando.”

Os gritos de Elaine chamaram a atenção de vizinhos e dos porteiros. Quando conseguiram entrar no apartamento, viram a mulher desacordada. Serra ainda tentou fugir, mas foi detido na portaria, com as roupas sujas de sangue. A polícia chegou em seguida e o prendeu em flagrante. Ao entrar no edifício, ele havia dado um nome falso. O Estado não conseguiu localizar a defesa do agressor ontem.

Tentativa de feminicídio. O advogado foi levado para a Cadeia Pública Frederico Marques, em Benfica, zona norte. Segundo o delegado Rodrigo Freitas de Oliveira, da 16.^a Delegacia de Polícia, na Barra, zona oeste, pela gravidade das agressões a conclusão é de que o acusado tentou matar Elaine. Ele vai responder por tentativa de feminicídio. A lei prevê penas mais altas para condenados por assassinatos decorrentes de violência doméstica ou por discriminação e menosprezo à mulher.

O delegado considera ainda que o agressor é perigoso e pede que fique preso por representar uma ameaça à vítima. À polícia, o agressor disse que tomou vinho e acordou de madrugada em “surto”. Ontem, o juiz Alex Ravache converteu a prisão em flagrante para prisão preventiva.

CONTINUA

19 FEV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A promotora do grupo de violência doméstica do Ministério Público de São Paulo Silvia Chakian ressaltou a importância do enquadramento de casos como esse como tentativa de feminicídio. Segundo explica, a lei prevê punição mais rigorosa para assassinatos cometidos em contexto de relações íntimas de afeto. “Foi uma violência bárbara, com golpes reiterados contra o rosto da vítima, na tentativa de desfigurá-la.”

Ela chama a atenção para o fato de as agressões terem se prolongado por quatro horas. “Como a polícia não foi acionada imediatamente? Isso reflete ainda uma ideia muito equivocada de que em briga de marido e mulher não se mete a colher.”

Elaine é mãe do lutador de jiu-jítsu Rayron Gracie. Nas redes sociais, ele publicou texto em defesa da mãe. “Agente nunca acha que vai chegar tão perto de nós. É uma sensação horrível, de aperto no peito, mãos atadas”, escreveu. “Te amo, mãe.” O atleta chamou Serra de “monstro” e pediu justiça. Na web, parentes e conhecidos demonstraram indignação. “A culpa nunca será da vítima”, publicou uma amiga. /COLABOROU

MARCO ANTONIO CARVALHO

Especialista sugere usar local público e avisar conhecidos

● O crime contra a empresária Elaine Caparróz levanta discussões sobre cuidados com relacionamentos na internet. Para a gerente da Assessoria Jurídica do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), Kelli Angelini, é preciso cautela ao manter contato com desconhecidos na internet, como evitar publicar dados de localização ou passar senhas.

Na internet, não é difícil maquiagem ou ocultar a identidade. Para checar se um amigo virtual é mesmo quem diz ser, é possível solicitar informações como nome completo e procurar contatos em comum. “Caso queira se encontrar, é importante buscar locais públicos e informar outras pessoas”, diz Kelli. /JÚLIA MARQUES

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LEANDRO MAZZINI 19 FEV 2019

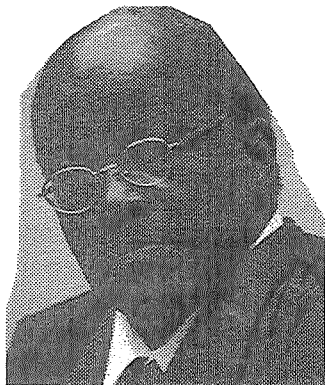
Lava Toga

Cresce, mesmo que sigiloso, o desejo de senadores de investigar o patrimônio de ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Após o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), arquivar o pedido de abertura da CPI da 'Lava Toga', o senador Alessandro Vieira (PPS-SE) não desistiu. Circula por gabinetes em busca de assinaturas para instalar a comissão e apurar denúncias envolvendo membros de tribunais. Vieira conseguiu apoio de 27 senadores (número mínimo para instalar CPI), mas dois retiraram suas assinaturas: Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Kátia Abreu (PDT-TO). "Surpreso e decepcionado", lamenta o parlamentar de primeiro mandato. Porém acredita que a maioria faz coro com a CPI.

Aliás..

..uma pergunta: quem está acima do STF? Quem fiscaliza ministros do STF?

Do Centro



O ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, que ensaiou candidatura à Presidência, está mudo. Quem sabe de seu projeto jura que ele surge em 2 anos como pré-candidato.

METRO 19 FEV 2019

Processo do caso Daniel tem a primeira audiência

Crime. Três pessoas prestaram depoimento ontem e mãe do jogador será ouvida nos próximos dias. Juíza vai decidir se réus vão a júri popular

“Quero ver a cara deles, olhar bem no fundo dos olhos deles e saber como eles tiveram coragem de fazer isso”. Foi com essa frase que a mãe do jogador Daniel Corrêa Freitas, Eliane Aparecida Corrêa Freitas, chegou no início da tarde de ontem ao Fórum de São José dos Pinhais para o primeiro dia da audiência de instrução do processo do assassinato de seu filho, no dia 27 de outubro do ano passado.

O primeiro dia da audiência teve poucos depoimentos, que foram acompanhados pelos sete réus no processo, incluindo o comerciante Edison Brites, de 38 anos, a mulher dele, Cristiana Brites, 35, e a filha do casal, Alana, de 18 anos. Daniel foi espancado na casa da família e seu corpo foi encontrado em uma área de mata em São José dos Pinhais.

O primeiro a ser ouvido ontem pela juíza Luciani Regina Martins de Paula foi Lucas Mineiro, amigo de Daniel que estava na casa dos Brites no momento do crime. Primeira testemunha de acusação ouvida no inquérito, ele disse ontem que Alana e Cristiana não participaram das agressões. Segundo a testemunha, Ygor King e David Vollerero, outros dois réus, ajudaram Edison Brites a agredir Daniel.

“Eles tentaram me enganar, me oferecer ajuda. Quero ver se têm coragem de olhar na minha cara”

ELIANE FREITAS, MÃE DE DANIEL

Também foram ouvidos o delegado do caso, Amadeu Trevisan, e duas testemunhas sigilosas. A audiência será retomada às 9 horas de hoje. A defesa dos Brites arrolou 48 testemunhas, e o Ministério Público do Paraná arrolou 14, entre elas a mãe de Daniel, a tia e a ex-mulher dele. Ao fim da audiência, que deverá se estender pelos próximos dias, a juíza decidirá se os sete réus irão ou não a júri popular.

O crime

Daniel tinha 24 anos e foi morto depois de participar da festa de aniversário de 18 anos de Alana Brites, na noite de 26 de outubro, em uma casa noturna em Curitiba. Depois da festa, os participantes seguiram para a casa dos Brites, no bairro Guatupê, em São José dos Pinhais.

Já na manhã de sábado, Daniel tirou fotos de Cristiana dormindo e enviou para um amigo. Ele teria sido flagrado por Edison Brites, que passou a agredi-lo. Segundo

Brites, Daniel tentou estuprar Cristiana. O jogador teve o pênis decepado e morreu por degolamento.

Edison, King, Vollerero e Eduardo Henrique da Silva viraram réus por homicídio triplamente qualificado; Cristiana, por homicídio qualificado, e Alana por fraude processual, coação de testemunha e corrupção de adolescente. Outra jovem é ré por denúncia caluniosa e corrupção de adolescente. **METRO CURITIBA**

CONTINUA

19 FEV 2019


METRO

CONTINUAÇÃO

Advogado de dois réus pode pedir nulidade

O advogado Rodrigo Fauz Pereira e Silva, que defende dois suspeitos de participação na morte de Daniel Corrêa Freitas, avalia que a audiência de instrução corre o risco de ser anulada. Pereira e Silva, que defendeu ontem uma tese de doutorado fora do estado e não compareceu ao primeira dia da audiência, havia solicitado uma mudança na data, o que não foi aceito pela Justiça.

“É direito de qualquer acusado ser defendido por um advogado de sua confiança e o juízo cerceou indevidamente o exercício profissional, o que poderá ocasionar a nulidade de toda a audiência”, afirmou o advogado em nota. Segundo ele, a juíza Luciani Martins de Paula sabia da audiência desde o mês passado. “É lamentável que direitos fundamentais previstos na Constituição estejam sendo violados desde o início da ação penal”.

A juíza nomeou ontem um advogado dativo para representar os suspeitos Ygor King e David Willian Voller da Silva, que estão presos desde o ano passado.  METRO CURITIBA

STF. Fux nega suspender ações sobre adicional para aposentado com cuidador

O ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), negou um pedido da AGU (Advocacia-Geral da União) para suspender todas as ações que tramitam na Justiça relacionadas ao adicional de 25% para aposentados que precisam de cuidadores até uma decisão final da Corte sobre a questão. O governo pode recorrer.

No pedido, a AGU apontou preocupação com o impacto nas contas previdenciárias da decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), em agosto do ano passado, de estender o adicional a todos aposentados que necessitam de cuidador. Até então, o valor só era pago aos aposentados por invalidez.

Fux considerou em uma análise preliminar que trata-



Ministro decidiu negar pedido da AGU | CARLOS MOURA/SC0/STF

-se de tema infraconstitucional, que não exigiria atuação do STF. Para o ministro, os elementos do processo também são insuficientes para levar à suspensão de todas as ações sobre o tema.

Segundo a AGU, o impacto da decisão do STJ aos cofres públicos seria R\$ 5 bilhões por ano. **METRO**

Rede recorre ao STF contra MP

A Rede Sustentabilidade recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra a medida provisória que prevê o monitoramento das ONGs para definir os repasses dos recursos públicos. Para o partido, há abuso de poder por parte do governo, uma tentativa de impor "mordaza" e criminalizar as organizações.

A ministra Cármen Lúcia foi sorteada para relatar o caso. **METRO BRASÍLIA**

Ex-prefeita é condenada

Ex-prefeita de Bom Jardim (MA), Lidiane da Silva foi condenada por improbidade administrativa acusada de fraude num contrato de trânsito na cidade. Ela ficou conhecida como 'prefeita ostentação' por aparecer nas redes sociais em festas e usando carros e roupas de luxo. Lidiane cumpre pena em prisão domiciliar e terá que pagar multa de R\$ 915 mil. **METRO BRASÍLIA**

Mãe do menino Joaquim vai a júri popular por homicídio

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) acolheu recurso e transformou em homicídio culposo - com a intenção de matar - a acusação contra a psicóloga Natália Ponte, mãe do menino Joaquim, que foi morto pelo padrasto em 2013, em Ribeirão Preto (SP).

A criança sofria de diabetes e estava sob cuidados de Guilherme Longo, que era dependente químico e teria aplicado dose elevada de insulina.



Joaquim tinha 3 anos
REPRODUÇÃO

Após a morte de Joaquim, o corpo foi jogado num córrego perto de casa.

A mãe do garoto chegou a ser acusada de homicídio doloso, sem a intenção de matar, mas a pena foi alterada após o Ministério Público conseguir provar a responsabilidade dela ao deixar o filho com o padrasto, que está preso. Natália Ponte vai a júri popular por homicídio triplamente qualificado e pode pegar até 30 anos de prisão. A data do julgamento ainda não foi marcada. **METRO BRASÍLIA**